

## Economia

economia@jb.com.br

## FH: classe média paga a conta

■ Em café da manhã com jornalistas, presidente diz que excluídos continuam excluídos, mesmo depois do Plano Real

ANA D'ANGELO

BRASILIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que a classe média é a que mais tem arcado com o custo da estabilidade econômica do país nesses últimos seis anos. "A classe média pagou custo mais elevado que outras camadas da população", reconheceu, durante café da manhã no Palácio do Alvorada com jornalistas e autoridades de primeiro escalão. Estavam presentes os ministros Alcides Tápia (Desenvolvimento) e Amaury Bier (interino da Fazenda), além do presidente do Banco Central, Américo Fraga.

Fernando Henrique citou os aumentos do setor de serviços no início do Plano Real e das tarifas públicas. A classe média não só pagou, como continuará pagando, segundo o presidente, já que neste segundo semestre virão novos reajustes.

"As tarifas pesam mais sobre o orçamento da classe média", afirmou. Segundo ele, os mais pobres tiveram ganho de renda com o fim do imposto inflacionário. "Já os excluídos continuaram excluídos", disse.

**Esqueletos** — O presidente garantiu que o país tem condições de crescer 4% neste ano. "Estamos prontos para um crescimento sustentado, que pode ser constante", previu ele, ao fazer uma análise dos seis anos de Plano Real. Segundo Fernando Henrique, qualquer empecilho será decorrente mais de fatores externos do que de internos. Ele citou o caso de uma eventual disparada do preço do petróleo no mercado internacional. "Isso realmente preocupa", disse.

Ao falar sobre os esqueletos (dívidas antigas não contabilizadas pelo governo), o presidente aproveitou para criticar o Judiciário. Segundo ele, os tribunais julgam causas passadas referentes ao período de inflação elevada de acordo com a lei, mas "sem analisar" os efeitos da aplicação dessas decisões, cuja conta vai para a população.

O presidente não se referiu a nenhum caso específico. Mas um possível "esqueleto" é a correção das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço decorrente de expurgos de planos econômicos anteriores que está sendo julgada pelo Supremo Tribunal Federal. "O passado é incerto", falou.

O presidente da República descartou a privatização da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil no seu governo. Ele disse que houve uma interpretação precipitada do relatório feito pela consultoria Booz Allen & Hamilton a pedido do governo, divulgado na semana passada e que provocou reação do próprio partido do presidente, o PSDB.



Brasília — Fernando Bizerra Jr.

Entre o presidente do Banco Central (D) e o ministro do Desenvolvimento, FH reconheceu o arrocho na classe média

## Renda mensal cai com o real

O trabalhador brasileiro também não tem o que comemorar. A última Pesquisa Mensal do Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em março passado, mostrou uma queda de 9,35% na renda média dos assalariados, de dezembro de 1997 a março de 2000, sendo que o Rio de Janeiro registrou a maior taxa: 13,23%.

A pesquisa constatou a queda no salário dos trabalhadores de seis regiões metropolitanas do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador.

A informalidade, ou seja, o trabalho sem carteira assinada, foi uma das explicações encontradas pelos técnicos do IBGE. O número de trabalhadores nessa situação, ainda de acordo com a pesquisa, cresceu 11,5% nessas metrópoles em apenas um ano (de 1999 a 2000). Situação parecida foi observada entre os microempresários e trabalhadores autônomos como camelôs, cujo crescimento chegou a 5,1%.

O trabalhador carioca recebe em média R\$ 620, e ainda assim tem a terceira maior renda mensal do país, perdendo apenas para os assalariados de São Paulo e Porto Alegre, onde os salários médios são de R\$ 830 e R\$ 645, respectivamente.

De acordo com o boletim Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), a diferença entre os rendimentos dos trabalhadores com carteira assinada e os que não têm registro está caindo desde o lançamento do Plano Real em 1994, passando de 47,3% para 26,6% neste ano.

## Mais pobre

Em 1999, após cair por três anos seguidos, rendimento médio do trabalhador reduziu-se a nível menor que o de 1995

Ano	Varição*	Rendimento médio (em R\$)
1994	—	719
1995	3,13%	743
1996	4,39%	777
1997	1,75%	791
1998	-1,46%	779
1999	-4,07%	749

(\*) Em % sobre o ano anterior

Fonte: IBGE

## PRINCIPAIS TRECHOS DA ENTREVISTA

■ **Classe média** — O custo (da estabilidade e do ajuste fiscal) é pago desigualmente. Os mais pobres não são os que mais pagam. A classe média é que pagou o custo mais alto. No início do Plano Real, isso deveu-se ao setor de serviços, em que não havia a contrapartida das importações para segurar os aumentos. As tarifas públicas pesam mais sobre a classe média.

■ **Crescimento** — Temos condições para crescer pelo menos 4%. Estamos prontos para crescimento sustentado, que pode ser crescente, sempre dependendo das condições. Por exemplo, tem que haver energia elétrica suficiente (para atender ao aumento da produção). Uma disparada do preço do petróleo preocupa. Se houver paralisação dos investimentos externos pode nos complicar porque ainda temos déficit (na conta corrente). De qualquer forma, é problema de fora. Não vejo obstáculos maiores para o crescimento.

■ **Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal** — É uma reação sem conhecimento do texto. Antes de ler, as pessoas opinam. Já houve reversão dessa opinião pelo PSDB. O que se fez foi colocar na in-

ternet o documento que faz análise da situação financeira. Não li ainda. Há problema nesse conglomerado financeiro e é necessário discutir isso. Privatizar não resolve. Não é uma coisa simples: privatizar ou não. Não está em jogo a privatização nesse momento.

■ **Tribunais** — O passado nos surpreende com esqueletos (dívidas antigas). Estamos de inflação destruindo o Estado. Temos há seis anos com estabilidade e esse passado é que é julgado pelos tribunais, de acordo com a lei. Mas não são analisados os efeitos que a aplicação da lei pode provocar, cuja conta acaba sendo passada para o povo.

■ **Eleição** — Tem que relativizar as informações das pesquisas de opinião. Se perguntar sobre a pena de morte, a maioria avassaladora será favorável. É opinião momentânea. Por isso, não se deve adotar medidas imediatamente com base em pesquisas de opinião. O julgamento político eleitoral é de outra natureza. Senão eu não teria sido reeleito, pois estávamos em meio a uma crise. Na hora de tomar decisão, a população tem mais o pé no chão.

## 'Vivemos em um inferno'

Uma das poucas medidas do chamado Pacote 51 — lançado em novembro de 1997 para equilibrar receitas e despesas do governo — a sair do papel foi a elevação de 25% para 27,5% aplicada na alíquota do Imposto de Renda que incide sobre salários acima de R\$ 1.800. Feito para buscar a confiança dos mercados nacionais e internacionais, o pacote acabou rendendo ao presidente Fernando Henrique Cardoso a primeira baixa significativa de popularidade. Justamente porque, de acordo com analistas, a classe média foi a mais atingida.

"O Brasil é um paraíso fiscal para estrangeiros e um inferno tributário para os brasileiros", resume o tributarista Osires Lopes Filho, ex-secretário da Receita Federal. De acordo com ele, a arrecadação com o IR pulou de R\$ 36 bilhões para a R\$ 55 bilhões, tornando-se o principal tributo federal. "Por ser uma classe que se utiliza muito do aparelho do estado, e por esse estar deficitário, os gastos crescem, o dinheiro não entra e, aos poucos, a classe vai se liquidando", completa.

O tributarista Agenor Manzana também acha que os impostos pesam cada vez mais sobre os ombros da classe média. Mas, para ele, o combate à inflação vale qualquer sacrifício.

## Maior problema é o desemprego

A classe média brasileira representa 40% dos 157 milhões de habitantes do país, detém 40% da renda média nacional e recebe, em média, entre R\$ 682,61 e R\$ 1.405 mensais por família. Os dados são do último levantamento do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) referentes a julho do ano passado.

Segundo o economista Marcelo Néri, chefe do Centro de Estudos de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a classe média tem de sete a nove anos de estudo, tem casa própria e mora em regiões metropolitanas do Sul e do Sudeste.

A renda de trabalho da classe média, em compensação, caiu 1,29% ao ano contra 0,73% do resto da população, entre os anos de 96 e 98. "O pico da taxa de desemprego está em quem tem educação intermediária, que é o caso da classe média."

Para Néri, a abertura da economia desempregou a classe média mas deu-lhe acesso aos bens de consumo duráveis e serviços prestados. "Hoje, qualquer pessoa das classes B e C tem celular, geladeira e outros aparelhos, o que não era possível antes da abertura."

Dados processados pela FGV mostram que 80% da renda da classe média vem do trabalho, sendo que 58% são empregados, 21% por "conta própria" e apenas 1,93% empregadores. "O desemprego é o calcanhar de aquiles da classe média", concluiu o economista.

De janeiro de 1997 a fevereiro de 1999, a renda mensal da classe média sofreu perdas de aproximadamente 2%. Nos últimos cinco anos, o custo de vida subiu 82%. Mas, ainda assim, ela ganha 25 vezes mais que os chamados pobres, que representam 50% da população.